

DEMOCRACIA, COMPORTAMENTO POLÍTICO E DESESTRUTURAÇÃO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA: UM ESTUDO COMPARADO DA ARGENTINA E DO BRASIL CONTEMPORÂNEOS

*Gabriel Eduardo Vitullo**

Resumo: No contexto latino-americano de proliferação de planos de ajuste neoliberais e do concomitante desmonte das instituições do Estado de Bem-Estar, busca-se pesquisar quais são as conseqüências que a desestruturação social causada por tais planos tem tido sobre a dinâmica política do Brasil e da Argentina nos últimos anos. Ao estudar a evolução (ou involução) de ambos os sistemas políticos, concentramo-nos na análise dos graus de volatilidade eleitoral alcançados nos sucessivos pleitos e na avaliação crítica do crescimento do não comparecimento às urnas, do voto em branco e da anulação do sufrágio. Este enfoque resulta procedente se considerarmos que estes fatores podem obscurecer as perspectivas para a construção de uma democracia substantiva nesta parte do continente, ao transformá-la em um conjunto de instituições cada vez mais precárias, vazias e ritualísticas, que pioram em termos de extensão, qualidade e densidade social.

Palavras-chave: Democracia, América Latina, Brasil, Argentina.

No marco dos planos de ajuste neoliberais e do desmonte das instituições do Estado de Bem-Estar na América Latina, torna-se importante investigar quais são as conseqüências que a desestruturação social, inerente a tais planos, tem sobre o sistema político. Parece-nos procedente analisar os efeitos que exercem as contra-reformas sociais levadas a cabo pelos governos da região sobre a dinâmica política, em que medida os retrocessos nas conquistas sociais dos setores populares se refletem no processo político e, mais especificamente, na dinâmica eleitoral, como o recorte dos direitos mais elementares tem conseqüências também no que diz respeito às atitudes face às eleições para escolher representantes. Com esta finalidade, será realizada uma comparação com caráter exploratório dos casos argentino e brasileiro, buscando avaliar qual tem sido a trajetória política destes dois países desde a restauração das instituições democráticas até o presente.

Havendo transcorrido mais de três lustros desde a primeira eleição presidencial na Argentina pós-ditatorial, em 1983, e onze anos desde a primeira eleição direta para Presidente no Brasil, torna-se oportuno avançar no estudo da evolução (ou involução) de ambos sistemas políticos. Em um contexto de transformações radicais no âmbito econômico e de severa crise social, consideramos conveniente estudar que tipo de formato vêm assumindo os mapas político-partidários nos dois países, avaliar os graus de fragmentação e os níveis de volatilidade eleitoral alcançados, assim como medir e analisar criticamente o crescimento da abstenção eleitoral. Pressupomos que a agudização da fracionalização partidária, da variação nas preferências eleitorais e o aumento nas taxas de ausentismo, podem dificultar bastante as perspectivas para a construção de uma democracia substantiva nesta parte do continente.

Consideramos que a atomização da oferta partidária, a queda nos níveis de presentismo nas eleições, a personalização das opções eleitorais e a errática mutação das preferências dos votantes, seriam sintomas evidentes da severa desestruturação social e conseqüente apatia e desinteresse pela política que sofrem as grandes massas no Brasil e na Argentina. Ao contrário do que sustentam certos autores e editorialistas de jornais importantes da região, segundo os quais a alta variação no comportamento e opções do eleitor seriam expressão de uma maior autonomia, independência e capacidade de reflexão, procuraremos demonstrar que tais fenômenos estariam acendendo um claro sinal de alarme sobre o futuro da democracia.

* Universidade Federal do Rio Grande do Sul-Brasil

A existência de um sistema partidário sólido, consolidado e com fortes raízes sociais é de fundamental importância para o bom funcionamento das instituições políticas e a aprofundamento da democracia. Se concebemos os partidos como atores protagônicos da arena política e essenciais não apenas como veículos de acesso aos cargos públicos mas também como indispensáveis canalizadores das demandas e aspirações da cidadania, formadores e clarificadores da opinião, configuradores dos horizontes coletivos e agentes de socialização política, devemos convir que sua fragmentação não pode mais do que afetar severamente as possibilidades de uma democracia mais participativa, ampla e comprometida nestes dois países. Se a democracia, para ser tal, exige a mais estendida e decidida participação das grandes massas populares nos assuntos públicos, o crescente ausentismo e a expansão do 'votobranquismo' não podem mais do que aumentar a preocupação em relação à qualidade e espessura das democracias realmente existentes no Brasil e na Argentina, ao colocar em dúvida a própria legitimidade das mesmas.

Partindo desta perspectiva, dois são os objetivos centrais que orientarão esta investigação: por um lado estudar a trajetória dos níveis de participação político-eleitoral em ambos países desde a reinstauração das instituições democráticas até nossos dias, por outro descrever e comparar a crescente volatilização nas preferências dos votantes e a conseqüente fragmentação e atomização das opções políticas. Com o propósito de explicar tais fenômenos, procurar-se-á determinar o grau de influência que exercem certas regulamentações eleitorais e político-partidárias na conformação destes quadros, assim como também se buscará evidenciar em que medida estes processos de fragmentação, volatilização e abstenção crescentes são reflexo da indiferença, rejeição e desconfiança da cidadania face os partidos políticos e as eleições, em que medida tais processos encontram sua origem na agudização da exclusão social que produzem os modelos econômicos reinantes, de que forma a piora das condições de vida de grandes setores sociais nestes países colocando em xeque a própria credibilidade e legitimidade do sistema democrático.

Juntamente com Atilio Boron (1999), podemos nos perguntar *¿quanta pobreza e exclusão pode resistir a democracia?* Como bem sustenta este autor, a democracia como sistema de organização sócio-política não pode ser escindida da estrutura econômica social sobre a que repousa. Dificilmente poderia se pensar que um regime democrático consiga se sustentar a médio e longo prazos em uma sociedade cada vez mais injusta e desigual, onde as brechas não param de agigantar-se. E caso sobreviver nestas condições, o fará de maneira cada vez mais precária, vazia e ritualística, piorando em termos de extensão, qualidade e densidade social. Uma democracia com algum conteúdo exige certo mínimum de igualdade e inclusividade. Levando em conta estas advertências é que buscaremos ver quais são as conseqüências imediatas da pauperização e o alargamento das distâncias sociais sobre o sistema político nestes dois países, como muda o comportamento político eleitoral nos lugares onde a exclusão (ou descidadanização) se estende com maior velocidade, como cresce a indiferença pela coisa pública nos lugares onde as condições básicas para uma vida digna têm se deteriorado de forma mais acentuada e a polarização social tem cobrado maiores proporções, e como esta indiferença se traduz em uma trajetória mais errática e até incoerente na emissão do voto em certos setores da população, em um aumento do voto em branco e nulo ou até, diretamente, na não assistência às urnas.

Concordando com Pedro Demo (1991), pode-se sustentar que a pobreza econômica e social encontra seu correlato em altos índices de pobreza política. Cada vez são mais os que ficam fora da esfera política e perdem, por não exercê-la, até a igualdade formal que implica o direito ao sufrágio. As democracias capitalistas - ou capitalismo democráticos, como Boron no texto supra-citado prefere chamá-las - realmente existentes nestes países, se tornam cada vez mais distantes do ideal que defendem os teóricos participacionistas. A democracia, nesta parte do continente, perde dramaticamente sua substancialidade.

- I -

Nesta seção do trabalho, nos ocuparemos das explicações que centram sua atenção nos elementos institucionais. Começando pela questão da abstenção eleitoral, podemos avaliar a importância que tem a existência do voto obrigatório nos países da região. A tradição nesta parte do mundo apontou para a obrigatoriedade do sufrágio. Apesar de assumir formatos diversos, em geral, este tem sido o caráter do voto nos países latino-americanos. Mediante pesquisas de opinião tem se demonstrado a sensível merma que se produziria nos índices de votação caso o sufrágio passasse a ser facultativo. Assim por exemplo, para o caso brasileiro, Lijphart (1997)

cita estudos que indicam que os níveis de participação eleitoral poderiam cair em até um 30% se fosse instaurado o voto optativo. Pesquisas realizadas para o Latinobarómetro confirmariam estes números, ao mostrar que, nesse país, se o voto tivesse deixado de ser obrigatório, em 1976 apenas um 58,5% dos entrevistados declarava que votaria; em 1978 um 43,9%; em 1982, o 48,9% dos consultados; quatro anos mais tarde o 62,4% e em 1989 as respostas afirmativas descendiam ao 53,2% (Tendências, 1993).

Além destes dados, o caso nacional que deveria ser cuidadosamente estudado e que poderia chegar a antecipar quais seriam os verdadeiros alcances da eliminação da obrigatoriedade do voto – proposta que tem sido impulsionada pelo ex-presidente Menem na Argentina e por numerosos políticos situacionistas no Brasil – e o da Venezuela. Este país apresentava, ao longo das últimas décadas, níveis de presentismo eleitoral que rondavam o 90%. Depois da abolição na prática do voto obrigatório, em 1993 (ao serem eliminadas as penalidades previstas para aqueles que não comparecessem às urnas), e de acordo com dados subministrados pela *Corte Nacional Electoral* (2000) daquele país, a participação caiu para o 60,2% quando Caldera foi eleito para seu segundo mandato. Esta taxa só foi remontada em uns poucos pontos na eleição seguinte, quando Hugo Chávez foi designado presidente - 63,4% -, para voltar a cair nas eleições realizadas em julho de 2000, quando, e apesar do arrasador caudal de votos conseguido por Chávez, apenas apresentou-se para votar o 56,5% dos cidadãos habilitados para fazê-lo, configurando a taxa de presentismo mais baixa para uma eleição presidencial na história de Venezuela. Pode se observar então neste caso – generalizável, hipoteticamente, para todo o continente latino-americano – o coquetel explosivo que se produz ao agregar à exclusão social a eliminação do voto obrigatório: o resultado não pode ser outro que um dramático crescimento nos níveis de abstenção, com a conseqüente perda de legitimidade popular das instituições e o esvaziamento do regime democrático.

Tanto na Argentina quanto no Brasil as taxas de participação eleitoral experimentaram aumentos importantes durante grande parte do século XX, entretanto, nos últimos anos tais taxas têm começado a diminuir, expressando um importante declínio nos níveis de comparecimento às urnas. Na Argentina, com a redemocratização, o presentismo se manteve em níveis semelhantes ao de décadas anteriores: 85,6% em 1983 para a eleição de Alfonsín e 85,6% para a primeira presidência de Menem em 1989. Mas já na reeleição de Menem, em 1995, aparece uma queda significativa nos níveis de participação, votou o 81,2% do eleitorado registrado, baixa que se consolida em 1999, quando foi eleito De la Rúa, oportunidade na que votou o 80,4% dos inscritos no registro (Dirección Nacional Electoral, vários anos).

No Brasil, se levarmos em consideração os dados das eleições presidenciais acontecidas desde a democratização e os compararmos com a informação dos pleitos eleitorais anteriores ao governo militar, encontraremos aumentos significativos nas taxas de participação. Entretanto, se nos limitarmos tão somente às eleições de 1989, 1994 e 1998, poderemos observar claramente uma queda nos níveis de presentismo: no primeiro turno presidencial, em 1989, votou um 88,1% do eleitorado inscrito; no segundo turno, quando foi eleito Fernando Collor, o nível de presentismo se situou em um 85,6%; em 1994, para a primeira eleição de Fernando Henrique Cardoso, a taxa de participação eleitoral caiu para o 82,3% e quatro anos mais tarde, em 1998, a queda foi ainda mais pronunciada: votou apenas o 78,5% do eleitorado registrado (Tribunal Superior Eleitoral, vários anos).

Ao se comparar estes casos nacionais selecionados, podemos concluir que o caráter obrigatório do voto pode oferecer parte da explicação das diferenças nas taxas de votação entre países. Entretanto, cabe insistir, não podemos explicar o porquê das tendências declinantes, quando a obrigatoriedade se mantém, como acontece no Brasil e na Argentina. Tal vez fosse interessante também aqui agregar à análise outros dados que se referem ao tipo de eleição, o qual pode ajudar a demonstrar, conjuntamente com as estatísticas já resenhadas, que a importância outorgada pela cidadania - e fundamentalmente pelas organizações partidárias - à contenda eleitoral, pode ter uma alta incidência nos níveis de presentismo alcançados nos distintos comícios, tal como diagnosticam os autores que privilegiam as explicações centradas nas conjunturas políticas específicas. Assim, em geral, nos dos países as percentagens de assistência tendem a ser mais baixas quando as eleições não são para designar o candidato que haverá de ocupar o Executivo Nacional.

Um elemento a considerar, já que nos referimos à influência que possa ter a obrigatoriedade do voto sobre as taxas de presentismo é, para o caso brasileiro, que se por um lado se exige o voto dos cidadãos que têm entre 18 e 70 anos, passando a ser optativo para os maiores de 70, por outro lado há dois importantes grupos sociais para os quais a Constituição de 1988 prevê o direito mas não a obrigação de emitir o sufrágio: os cidadãos que têm

entre 16 e 18 anos e os analfabetos, grupos estes que, indubitavelmente, estão entre os mais vulneráveis às políticas de ajuste e os planos neoliberais implementados pelo governo federal nos últimos anos. Tanto os menores de 18 como os analfabetos têm diminuído sua participação medida como proporção do universo total de eleitores: os primeiros constituíam em 1994 no estado do Rio Grande do Sul (talvez o estado mais politizado do Brasil) o 2,0% do eleitorado total, em 1996 o 1,9%, em 1998 1,5% e para as próximas eleições municipais a serem realizadas neste ano a percentagem de menores de 18 inscritos nos registros eleitorais tem caído ao 1,3%. Este mesmo grupo, considerado para o Brasil no seu conjunto, também tem perdido importância: em 1994 constituía o 2,2% dos registrados, quatro anos mais tarde, em 1998, configurava só um 1,8%. Com os analfabetos se produzem tendências muito semelhantes, no Rio Grande do Sul eram, em 1994 o 6,0% do eleitorado, em 1996 4,7%, em 1998 4,5% e no corrente ano apenas o 4,4% (levemos em conta que a taxa de analfabetismo nesta unidade da federação é do 7,0%, o que equivale a dizer que praticamente 40% dos analfabetos do estado não exercem seu direito a se registrar). No Brasil como um todo 8,0% do registro está formado por analfabetos, enquanto que a taxa dos que não sabem ler nem escrever entre os que têm mais de 15 anos ascende ao 14,7%, uma diferença de quase 7 pontos entre um valor e outro, ou dito de outra forma: 45% dos analfabetos brasileiros não estão sequer registrados para poder votar (IBGE; TRE-RS; TSE, vários anos).

Entre os elementos que são apontados pelos autores que aderem ao enfoque institucionalista como passíveis de ter certo valor explicativo sobre os níveis de participação e o tipo de comportamento eleitoral existentes nas diversas sociedades, cabe destacar, para os dois casos nacionais sob estudo, as características do processo de registro eleitoral, o sistema eleitoral adotado para as eleições legislativas no Brasil e a crescente prática de acumulação de votos para os pleitos a cargos executivos no caso argentino.

No que guarda relação com o caráter automático ou não do registro dos cidadãos nos cadastros eleitorais, devemos ressaltar que para os dois países tais registros permanecem de uma eleição para a seguinte, vale dizer, os cidadãos não devem se inscrever para cada ato eleitoral em particular. Porém, a diferença básica que existe entre Argentina e Brasil radica em que na primeira o registro ou inclusão dos cidadãos em condições de votar é uma carga que corresponde ao Estado: são os organismos públicos que têm a tarefa de atualizar ano a ano a lista dos cidadãos habilitados, no Brasil, em câmbio, se exige que os próprios cidadãos realizem o ato de inscrição ao chegar à idade indicada, o qual influi em parte, para que o seu corpo eleitoral, tomado como proporção da população total, seja menor em algumas regiões e estados menos desenvolvidos ao serem comparados com a média nacional.

No que diz respeito aos sistemas eleitorais e sua influência sobre a crescente volatilidade eleitoral, basicamente pode se apontar, no caso brasileiro, para o mecanismo de lista aberta e voto por candidato individual nas eleições proporcionais. A flutuação ou variação nas opções que exerce o eleitorado, medida em termos agregados mediante o índice de Pedersen (1983)¹, tem oscilado nos últimos tempos, mostrando em geral tendências ascendentes. Nas eleições proporcionais para cargos legislativos os partidos não têm um lugar muito destacado e o que predomina é a figura dos candidatos, ao serem estes últimos os que têm a tarefa de juntar votos e convencer os eleitores de suas qualidades pessoais (para maiores detalhes cf. Mainwaring, 1991).

Esta classe de regras institucionais podem estar acelerando os processos de desinteresse e afastamento da política por parte da cidadania. Ao se acentuar a personalização e se diluir o perfil dos partidos, a responsabilidade pelo sucesso eleitoral fica em mãos, quase que exclusivamente, dos candidatos. Sistemas eleitorais como estes, em contextos de acelerada desagregação social, dificultam a construção de verdadeiras alternativas políticas. O eleitor, ao votar por candidatos e não por partidos, vê diminuídas sensivelmente as oportunidades de exigir rendição de contas e de conseguir a articulação de políticas coerentes. A possibilidade de apresentar alianças diferentes em cada distrito também contribui para diluir a identidade e unidade organizativa dos partidos. Outro elemento que aumenta as probabilidades de votos diferentes e até antagonicos por parte da cidadania é a realização de comícios em datas diferentes de acordo com os diversos níveis de governo, incrementando as taxas de fragmentação partidária (processo que pode ser apreciado claramente para o caso argentino nestas últimas eleições, onde muitas províncias têm decidido desdobrar os pleitos para escolher autoridades locais dos pleitos nacionais).

¹ O índice de Pedersen consiste em dividir por dois a soma das diferenças absolutas que resultam de comparar os votos obtidos por cada partido ou aliança em uma eleição e a seguinte, matematicamente pode ser expressado assim: $Volatilidade = (S v_{im} - v_{im-1}) / 2$.

Na Argentina, este fenômeno de personalização das opções eleitorais se vê com freqüência crescente nas eleições para cargos executivos. Com a particular mecânica de acumulação de votos adotada pelos candidatos majoritários, segundo a qual cada candidato pode ser apoiado por mais de uma legenda – por exemplo, nas últimas eleições presidenciais o candidato Eduardo Duhalde tem sido apoiado por 15 legendas diferentes -, os partidos perdem identidade e relevância frente aos olhos dos votantes. Ainda com candidatos não muito carismáticos, o que prima na hora de escolher é a confiabilidade pessoal que mereça o postulante ao cargo em disputa e não a proposta política que ostenta e o partido político que integra. Assim, sem partidos com propostas e programas diferenciados e claramente identificáveis que sirvam como marco de referência, a mobilização popular assume um caráter intermitente, à margem dos canais institucionais formais, gerando um clima de aguda incerteza em relação à consistência e ao futuro das instituições democráticas.

Parágrafo em separado merecem o voto em branco e nulo nos dois países. Caso realizarmos uma análise de sua evolução ao longo das últimas eleições, comprovaremos como estes dois tipos de comportamento têm aumentado bastante. Na Argentina o voto em branco nas eleições presidenciais nos 80 foi em média de 1,7%, nos 90 esta média subiu para o 4,0%. Com os votos nulos a tendência foi semelhante: 0,6% nos 80, 0,8% nos 90. Considerando os valores para as eleições de legisladores nacionais, o fenômeno se repete: nos 80 a média dá 1,5% de votos em branco e 0,5% de votos nulos, na última década 3,8% e 0,8 para brancos e nulos respectivamente. No Brasil a trajetória tem sido a seguinte: os votos em branco têm oscilado nas presidenciais entre 1,5% em média para os dois turnos de 1989 e 9,3% em 1994 e 8,0% em 1998. Nas eleições para deputados federais os valores têm sido 10,9% em 1982, 22% em 1986, 30% em 1990, 16,2% em 1994 e 10,3% em 1998. Os votos nulos se situaram em 4,6% em média em 1989 (para os dois turnos), 9,6% em 1994 e 10,7% em 1998. Nos pleitos legislativos os nulos foram de 4,2% em 1982, 6,2% em 1986, 13,7% em 1990, 25,0% em 1994 e 9,8% em 1998. Resumindo estas informações em um único índice, poderemos observar o aumento preocupante da alienação eleitoral: para deputados federais 30,1 (1982), 31,8 (1986), 51,7 (1990), 51,6 (1994) e 37,3 (1998), para presidente 17,5 (1989-I), 19,4 (1989-II), 33,5 (1994) e 36,2 (1998).

Quanto à volatilidade agregada, expressada no índice de Pedersen (1983), que varia entre um mínimo de 0 (quando as preferências dos votantes agregadas se mantêm idênticas entre ambas eleições) e 100 (quando todos os votos vão para novos partidos ou forças políticas), cabe destacar que os valores nos dois países tendem a ser bastante mais elevados que nas democracias avançadas. Assim se para os países europeus o valor médio é de 8,6 nos cem anos transcorridos entre 1885 e 1985 e nos Estados Unidos de 4,5 entre 1948 e 1996 nos pleitos para legisladores federais e 11,2 nas presidenciais (cf. Roberts & Wibbels, 1999), no Brasil e na Argentina a volatilidade é sempre maior. Os valores que a expressam podem ser resumidos de maneira bastante esquemática nos quadros 1 e 2. Ali vemos como em geral os valores são mais elevados para o caso brasileiro (que chegam a 25,5 pontos nas eleições para Deputados Federais de 1990 e a 56,7 no pleito para Presidente de 1994). Entretanto, também podemos observar que no caso argentino há eleições onde a volatilidade agregada, ao confrontar os resultados com os da eleição anterior, são significativos (por exemplo os 18,5 pontos de volatilidade nas eleições de Convencionais Constituintes em 1994 e os 27,7 pontos na eleição presidencial de 1995). Ao ser o fenômeno da mutação e instabilidade das preferências dos votantes mais agudo no Brasil, podemos tomar os valores por estado e verificaremos uma grande dispersão de resultados, que vão de uma volatilidade de 64,6 pontos em 1990 e 66,8 em 1994 encontrada em Alagoas ou 60,7 em Rondônia em 1994, a valores muito mais baixos, como os que apresentam Rio Grande do Sul (22,3 pontos em 1986, 21,0 em 1990 e 17,0 em 1994) ou Santa Catarina (7,9 em 1986, 18,7 em 1990 e 13,4 em 1994).

QUADRO 1: BRASIL, VOLATILIDADE ELEITORAL - DEPUTADOS E PRESIDENCIAIS

Deputados		Presidenciais	
1986 x 1982	17,7	1994 x 1989	56,7
1990 x 1986	25,5	1998 x 1994	10,2
1994 x 1990	14,5		
Média	19,2	Média	33,4

Fonte: elaboração própria em base a dados do TSE.

QUADRO 2: ARGENTINA, VOLATILIDADE ELEITORAL - DEPUTADOS E PRESIDENCIAIS

Deputados		Presidenciais	
1985 x 1983	8,1	1989 x 1983	13,4
1987 x 1985	7,9	1995 x 1989	27,7
1989 x 1987	9,9	1999 x 1995	12,5
1991 x 1989	13,8		
1993 x 1991	8,9		
1994 x 1993*	18,5		
1995 x 1994*	10,9		
1997 x 1995	11,0		
1999 x 1997	4,7		
Média	10,4	Média	17,9

* A eleição de 1994 foi para Convencionais Constituintes.

Fonte: elaboração própria em base a dados da Dirección Nacional Electoral.

- II -

Outra forma possível de avaliar os diversos componentes da alienação política, entendendo aqui por ela tanto a abstenção, o voto em branco e nulo, quanto a mutação permanente e inconsistente das preferências político-partidárias é, como já antecipáramos, mediante a observação das condições sociais prevaescentes nos países estudados. Concordando com trabalhos recentes sobre o tema, como os de Rosanvallon (1995) e os de Fitoussi & Rosanvallon (1996) para o caso francês, podemos afirmar que as crescentes desigualdades sociais produzem um forte senso de exclusão, ao causar uma ruptura da noção de pertença à comunidade. Em contextos de empobrecimento e marginalização de vastos setores da população, onde se aprofundam a desestabilização da condição salarial, a precarização e flexibilização das relações de trabalho e, em definitivo, a degradação das condições mínimas de existência, os fundamentos para uma democracia mais substantiva são cada vez mais débeis. Uma democracia mais ativa e comprometida torna-se uma meta cada vez mais distante.

Ao ver que lhes é negado seu direito básico a participar da sociedade e estar incluídos nela, os indivíduos não sentem maior interesse pelo que sucede no mundo político. Assim se entende a sensação de mal-estar generalizada, que se dá tanto nos países centrais como na periferia do sistema capitalista. Em todos lados se sofre uma severa perda de identidade e se produz uma incerteza crescente em relação ao futuro, todo o qual, insistimos, mina as democracias interiormente, as fragiliza, corrói seus fundamentos. As solidariedades se dissolvem, a idéia de comunidade cívica perde entidade. A política torna-se cada vez mais desconectada dos problemas quotidianos do homem comum, processo que retro-alimenta uma decepção crescente (cf. Fitoussi & Rosanvallon, 1996). Em geral os que são expulsos da sociedade, dificilmente voltam a entrar nela ou a se reintegrar. Estes excluídos carecem das ferramentas necessárias para exercer seus direitos políticos básicos, carecem de informação e educação, o que contribui para a passividade, a despolíticação e os sentimentos de anomia e isolamento social e ostracismo político imperantes.

Sem pretender esgotar de forma alguma tão vasto tema, pode-se ensaiar algumas correlações entre taxas de abstenção, voto em branco, voto nulo e volatilidade eleitoral por uma parte e fatores de índole social pela outra, tentando encontrar evidências que indiquem algum tipo de causalidade entre essas variáveis. Já outros autores têm buscado estabelecer o grau de associação entre, por exemplo, crises econômicas (ligadas a subidas inflacionárias e quedas no PBI per cápita) e níveis de flutuação eleitoral na América Latina (cf. Remmer, 1991; Roberts & Wibbels, 1999). Porém, no nosso caso, nos concentraremos em questões estruturais, que incidem sobre as formas de integração social. Concretamente trabalharemos com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), índice que tem sido calculado pela primeira vez pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento em 1990 e que combina indicadores de expectativa de vida, nível educativo (taxas de alfabetização e quantidade média de anos de escolarização) e ingresso per cápita. Esta ferramenta, fora as críticas que tem recebido, permite, ainda com certo grau de generalidade, a medição e comparação entre países a partir de um instrumental uniforme (UNDP,

1999). Basicamente, em valores médios, reflete a situação social prevalecente na unidade territorial considerada, tanto no que se refere ao estado de saúde da população, quanto aos níveis educativos alcançados e o poder aquisitivo, o qual expressa, de alguma maneira, os concomitantes processos de exclusão e pobreza que sofre essa sociedade. Aproveitando que os valores deste índice têm sido calculados também para as unidades sub-nacionais de vários países, entre eles o Brasil (IBGE, 2000), poderemos realizar um ranking a partir da situação social dos diferentes estados e medir o grau de associação de tal ordenamento com o ordenamento dos distintos indicadores políticos selecionados. No caso de Argentina uma medição semelhante à realizada pelo PNUD, feita pelo H. Senado de la Nación (1997), nos permitirá efetuar o mesmo tipo de trabalho e avaliar o grau de associação entre variáveis.

Ao observar as informações contidas na coluna A do quadro 3, poderemos ver como tende à comprovar-se uma correlação bastante significativa entre a abstenção que se deu em cada ano eleitoral no Brasil e o IDH calculado por estados. Os valores mais baixos se produziram para as eleições presidenciais de 1994 e as de deputados federais em 1982 e 1986. Seguidamente, ao avaliar a correlação de percentual de votos em branco e o IDH (coluna B), também poderemos apreciar que os valores também são significativos salvo para um caso, o de 1982, ano em que ainda se arrastava a dinâmica própria dos tempos mais obscuros da ditadura militar, quando o voto em branco era utilizado como uma forma de expressar politicamente o descontentamento com o regime. Por último, no caso dos votos nulos (coluna N), os valores são muito díspares, existindo muitos que mostram uma relação contrária à esperada, como é o caso das correlações negativas resultantes do cruzamento entre o IDH e os dados do segundo turno de 1989 e das legislativas de 1986, 1990 e 1994. Isto nos pode levar a pensar que não são os mesmos fatores sociais os que ajudariam a explicar o comportamento abstencionista e o ato de anular o voto, como já concluíra Lima Júnior (1990) quando alguns anos atrás estudava os fatores determinantes da alienação política no Brasil. Poderia chegar a se afirmar, dada a grande variabilidade encontrada, que o voto nulo seria utilizado também por certos setores como um ato consciente de protesto, e não constituiria tão somente um sintoma de alienação ou alteridade em relação ao mundo da política.

Nesta linha, o caso dos dois turnos das eleições de 1989 serve como um bom exemplo. Tomando os dados desagregados por estado, veremos que em todos eles aumentou consideravelmente a taxa de abstenção eleitoral do primeiro para o segundo turno. O voto em branco e nulo, em câmbio, diminuiu em todos, salvo em seis distritos, justamente os mais desenvolvidos em termos sociais: Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e o Distrito Federal (Brasília). Assim se pode apreciar claramente o diferencial de comportamento segundo os estados e capturar a abstenção que não responde a fenômenos de anomia social mas a uma decisão conscientemente adotada de não comparecer às urnas, votar em branco ou anular o sufrágio. Particularmente para o voto nulo, se compararmos os valores do primeiro e segundo turno e correlacionamos tais diferenças com o IDH más próximo (1991), encontraremos um grau de associação muito forte, de 0,9212, o que reforça o que vimos dizendo: quanto maior o desenvolvimento social, maior o aumento do voto nulo entre o primeiro e o segundo turno como ato conscientemente decidido e não como sintoma de alienação política ou desestruturação social.

QUADRO 3: BRASIL, CORRELAÇÕES ENTRE INDICADORES ELEITORAIS E ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (PNUD) (1980,1991,1995,1996)

		Abst. (A)	Branco (B)	Nulos (N)
Presidenciais	1989-I	0,6325	0,9200	0,8211
	1989-II	0,6142	0,8016	-0,0488
	1994	0,3590	0,8077	0,6947
	1998	0,6038	0,5269	0,5586
Deputados Federais	1982	0,3638	0,4523	-0,0323
	1986	0,3565	0,6119	-0,3288
	1990	0,6123	0,5598	-0,3687
	1994	0,5049	-0,1276	0,6380
	1998	0,5904	0,4512	0,3462

Fonte: elaboração própria em base a dados subministrados pelo TSE o IBGE.

Nota: para realizar as correlações tomamos sempre o IDH de data mais próxima.

No caso da Argentina (quadro 4), as correlações entre desenvolvimento social e abstenção apontam, também, para a direção esperada: quanto menor o grau de desenvolvimento dos distritos considerados, maior o nível de abstenção encontrado. Para os votos em branco e nulos, em câmbio, as correlações nem sempre são significativas e quando o são, vão na direção oposta à inicialmente prevista: este tipo de comportamento frente à oferta eleitoral tende a crescer nas províncias com níveis mais elevados de desenvolvimento social. Novamente deve-se considerar que a abstenção e o voto em branco e nulo não podem ser atribuídos aos mesmos fatores, não são os mesmos elementos os que nos permitirão compreender estes fenômenos. Os percentuais de voto em branco e voto nulo refletiriam não apenas a atitude de indivíduos alienados mas também a de certos cidadãos bastante politizados que conscientemente manifestam sua rejeição às propostas político partidárias que se apresentam.

QUADRO 4: CORRELAÇÕES ENTRE INDICADORES ELEITORAIS E ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (1997) - ARGENTINA

		Abst. (A)	Branco (B)	Nulos (N)
Deputados Federais	1983	0,7930	-0,1261	0,1496
	1985	0,5774	-0,1687	-0,0809
	1987	0,6117	-0,2994	0,0800
	1989	0,5270	-0,0748	0,0217
	1991	0,2096	-0,5613	-0,2169
	1993	0,5191	-0,0939	-0,5138
	1994*	0,5504	0,0513	-0,1670
	1995	0,4791	-0,1461	-0,0357
	1997	0,4426	-0,5443	-0,4157

Fonte: elaboração própria em base a dados subministrados pela Dirección Nacional Electoral e o IDH calculado pelo H.Senado de la Nación.

* Eleição para Convencionais Constituintes.

Por último, no que diz respeito à volatilidade eleitoral, depois de efetuados vários ensaios para colocar a prova se existe algum grau de associação entre um aumento desta e níveis inferiores de desenvolvimento social, podemos afirmar que não há nenhum tipo de correlação significativa entre ambas variáveis. Nem no caso de Argentina nem no do Brasil temos encontrado indícios que possam sustentar aquela hipótese. Deve-se levar em consideração que há outras variáveis que intervêm e que não foram analisadas, variáveis que evidentemente têm seu grau de influência sobre os resultados e o tipo de comportamento eleitoral e invalidam a possibilidade de um nexo causal tão direto entre condições sociais e flutuação das preferências eleitorais como existe no caso da abstenção ou do não comparecimento às mesas de votação. Entre estes outros elementos que intervêm podemos citar a própria fragilidade e as mudanças constantes da oferta partidária e a errática trajetória dos dirigentes e principais lideranças, todo o qual leva a aumentar as dúvidas sobre a viabilidade dos sistemas partidários e a substância da democracia na América Latina.

Depois do expressado nestas páginas, podemos concluir que a crise das democracias realmente existentes nesta parte do continente encontra seus reflexos, entre outras coisas, em uma abstenção eleitoral crescente, em um aumento da apatia, a frustração ou desencanto e em consideráveis déficits de participação política e social. Pode se afirmar que amplos setores da população destes países passam a perceber a democracia como uma formalidade cada vez mais vazia. Para muitos a política é sentida como algo cada vez mais afastado de suas vidas cotidianas, o que agudiza o ceticismo e a apatia reinantes. Com os partidos políticos questionados, com sérias dúvidas em relação à capacidade destes de transmitir demandas, formar opiniões e articular novos horizontes coletivos, cabe perguntar se a democracia não fica à deriva. Evidentemente a crise social leva a abalar os próprios pilares do sistema democrático.

Caso a democracia, para ser concebida como tal, exija a mais estendida e decidida participação das grandes massas populares nos assuntos públicos, o crescente ausentismo e a expansão do 'votobranquismo' não fazem mais do que aumentar a preocupação em relação à qualidade e densidade das democracias realmente existentes

nestes países. Frente a sentimentos de impotência generalizados, frente à aparente impossibilidade de mudanças e a aparente falta de alternativas, a democracia vê mermada sua legitimidade popular. O desvanecimento das tradições e fronteiras ideológicas e programáticas dos partidos, manifestado em crescentes índices de volatilidade ou flutuação eleitoral, e a queda nos níveis de participação, acendem claros sinais de alarme sobre o futuro da vida democrática por estas latitudes.

Já para finalizar, cabe destacar, desde o enfoque combinado, proposto nesta investigação, não só a influência que a desestruturação social exerce sobre o sistema político nos dois países, mas também o papel desempenhado pela normativa político-eleitoral como facilitadora dos processos descritos. Os exemplos oferecidos demonstram em que medida determinadas questões institucionais tornam-se fundamentais na hora de explicar o agravamento dos fenômenos aqui abordados. Ainda quando os resultados nem sempre permitam chegar a conclusões definitivas, temos apresentado algumas evidências que, em geral, apontam para a direção assinalada. Fenômenos complexos da natureza dos estudados requerem abordagens múltiplas, que contemplem os vários elementos em jogo, logrando, assim, uma melhor compreensão dos mesmos.

BIBLIOGRAFIA

1. Boron, Atilio A. Os 'novos leviantês' e a pólis democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina. In Sader, Emir; Gentili, Pablo (org.) *Pós-Neoliberalismo II: Que Estado para que democracia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. p.7-67.
2. Corte Nacional Electoral [Venezuela]. *Estadísticas electorales*. URL: <http://www.cne.gov.ve>, capturado na Internet em janeiro de 2000.
3. Demo, Pedro. *Cidadania menor*: algumas indicações quantitativas de nossa pobreza política. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.
4. Dirección Nacional Electoral. *Resultados electorales nacionales*. Buenos Aires: Ministerio del Interior, vários anos.
5. Fitoussi, Jean-Paul; Rosanvallon, Pierre. *Le nouvel âge des inégalités*. Paris: Seuil, 1996.
6. Senado de la Nación. *Informe argentino sobre Desarrollo Humano*. Buenos Aires: 1997.
7. IBGE. *Índice de Desarrollo Humano*. URL: <http://www.ibge.gov.br>, capturado na Internet em março de 2000.
8. Lijphart, Arend. Unequal participation: democracy's unresolved dilemma. Presidential Address. *American Political Science Review*, v. 91, n. 1. 1997. p. 1-14.
9. Lima Júnior, Olavo Brasil. Alienação eleitoral e seus determinantes: nota de pesquisa. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 5, n. 14. 1990. p.68-72.
10. Nicolau, Jairo Marconi (org). *Dados eleitorais do Brasil (1982-1996)*. Rio de Janeiro: Iuperj - Ucam - Revan, 1998.
11. Pedersen, Mogens. Changin patterns of electoral volatility in european party systems, 1948-1977. In: Daalder, Hans; Mair, Peter (ed.). *Western european party systems: continuity and change*. Beverly Hills, CA: Sage, 1983. p.29-66.
12. Remmer, Karen L. The political impact of economic crisis em Latin America in the 1980s. *American Political Science Review*, v. 85, n. 3. 1991. p.777-800.
13. Roberts, Kenneth M.; Wibbels, Erik. Party Systems and Electoral Volatility in Latin America: A Test of Economic, Institucional, and Structural Explanations. *American Political Science Review*, v. 93, n. 3. 1999. p.575-590.
14. Rosanvallon, Pierre. *La nouvelle question sociale: repenser l'État-Providence*. Paris: Seuil, 1995.
15. Tendências. Opinião Pública. v. 1, n. 1. Campinas: CESOP, 1993. Encarte de dados de opinião pública.
16. Tribunal Superior Eleitoral. *Estatísticas eleitorais*. URL:<http://www.tse.gov.br>, capturado na Internet durante 1999.
17. UNDP. *Analytical tools for human development*. URL: <http://www.undp.org>, capturado na Internet em dezembro de 1999

